



BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.

C.N.P.J. nº 01.023.570/0001-60
São Paulo - Avenida das Nações Unidas, 12.995 - 7º andar - Telefone: (0XX11) 5503-7000 - Fax: (0XX11) 5503-7005

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Rabobank International Brasil S.A. (Banco ou Instituição), relativas ao segundo semestre e exercício de 2022, acompanhadas das devidas notas explicativas, do Relatório do Auditor Independente e do Relatório do Comitê de Auditoria. O Banco se mantém fiel às suas origens e valores cooperativistas e continua focado no setor de *Food & Agribusiness*, no qual se diferencia disponibilizando produtos e serviços que carregam sua expertise global no setor. No exercício de 2022, o Banco manteve o nível de suas atividades, gerando um volume de receitas em linha com o plano de negócio. Especificamente, o lucro líquido foi de R\$ 801 milhões em 2022, com um aumento de 12% em relação ao exercício anterior no montante de R\$ 715 milhões. Com relação ao total de ativos, os mesmos são R\$ 47,7 bilhões em 2022, mantendo-se no mesmo nível de dezembro de 2021 (R\$ 46,2 bilhões). Com relação ao Patrimônio Líquido, o mesmo alcançou R\$ 5,7 bilhões, o que significa um aumento de 16% em relação a dezembro de 2021 no montante de R\$ 4,9 bilhões. Adicionalmente, a carteira de crédito atingiu o montante de R\$ 29,8 bilhões, com um crescimento de 9% em relação ao exercício de 2021 (R\$ 27,3 bilhões). Com relação às despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD), houve uma reversão de

R\$ 54 milhões, enquanto que no exercício de 2021 a reversão foi de R\$ 69 milhões. A reversão da PDD foi causada em razão da venda de ativos financeiros classificados como "ativos problemáticos". O Banco continua firme na execução de sua estratégia global, que consiste, dentre diversos aspectos, em cultivar juntos um mundo melhor ("*Growing a Better World Together*"). Este comportamento está constantemente direcionando nossas relações com nossos clientes, fornecedores, funcionários e demais partes com quem nos relacionamos quando da execução de nossas atividades. Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, pela dedicação e talento que nos permitiram alcançar todos os nossos objetivos, e aos nossos clientes e acionistas, pelo apoio e confiança que nos são atribuídos.

São Paulo, 13 de março de 2023.

A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante		27.600.977	28.576.827
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.788.219	5.588.001
Instrumentos financeiros	23	23.067.186	23.370.673
Depósitos no Banco Central		717	1.256
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	401.824	362.497
Títulos e valores mobiliários	6	1.556.800	1.981.925
Instrumentos financeiros derivativos	7	750.604	1.259.961
Operações de crédito	8	12.474.200	10.734.623
Carteira de câmbio	9	7.862.701	9.030.245
Outros instrumentos financeiros	10	20.340	166
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		8 (272.399)	(355.353)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(239.278)	(273.153)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(33.121)	(82.200)
Outros ativos		11 17.971	3.506
Não circulante		20.138.545	17.620.249
Instrumentos financeiros	20	24.242.361	17.636.597
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	208.230	197
Títulos e valores mobiliários	6	5.387.388	2.458.197
Instrumentos financeiros derivativos	7	750.722	311.052
Operações de crédito	8	13.598.087	12.910.387
Carteira de câmbio	9	295.011	1.855.912
Outros instrumentos financeiros	10	4.923	101.069
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		8 (624.540)	(811.981)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(621.112)	(707.563)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(3.428)	(104.418)
Ativo fiscal diferido		12a 372.564	659.408
Outros ativos		11 105.272	92.835
Investimentos		6	6
Imobilizado de uso (líquido de depreciação acumulada)		18.268	17.620
Intangível (líquido de amortização acumulada)		24.614	25.764
TOTAL		47.739.522	46.197.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Aumento de reservas	Reserva de lucros de lucros - legal	Reserva de lucros - estatutárias	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.864.767	78.200	1.145.859	130.453	15.598
Homologação do aumento de capital conforme AGE de 31/12/2020		78.200	(78.200)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 31/12/2021		-	172.125	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(37.025)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	715.354
Destinações: Reserva legal		-	-	-	35.768	(35.768)
Reserva estatutária		-	-	-	477.086	(477.086)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,07 por ação)		-	-	-	-	(202.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.942.967	172.125	1.622.945	166.221	(21.427)
Homologação do aumento de capital conforme AGE de 31/12/2021		172.125	(172.125)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 30/12/2022		-	282.493	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	18.506
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	800.636
Destinações: Reserva legal		-	-	-	40.032	(40.032)
Reserva estatutária		-	-	-	428.260	(428.260)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,10 por ação)		-	-	-	-	(332.344)
Saldos em 30 de junho de 2022		3.115.092	282.493	2.051.205	206.253	(2.921)
Saldos em 30 de junho de 2022		3.115.092	282.493	1.622.945	180.884	(14.848)
Aumento de capital conforme AGE de 30/12/2022		-	-	-	-	11.927
Resultado abrangente do semestre		-	-	-	-	507.372
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	507.372
Destinações: Reserva legal		-	-	-	25.369	(25.369)
Reserva estatutária		-	-	-	428.260	(428.260)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,10 por ação)		-	-	-	-	(332.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.115.092	282.493	2.051.205	206.253	(2.921)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021, exceto quando informado (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Rabobank International Brasil S.A. (Banco ou Instituição), com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.995 - 7º andar, na cidade de São Paulo, é uma instituição financeira independente privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar no país como Banco Múltiplo, e tem como objeto social a prática de operações ativas e passivas inerentes às carteiras de crédito, de investimento e câmbio. O Banco é uma controlada do Rabobank International Holding B.V. e sua constituição foi autorizada por Decreto Presidencial em 8 de agosto de 1995. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo Rabobank, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). As alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, que revogou a Circular BCB nº 3.959/2019, foram incluídas como principais alterações. Os dados do Balanço Patrimonial são apresentados em termos de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; bem como a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor justo de determinados instrumentos financeiros, ativos não financeiros, realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e a determinação da vida útil de determinados ativos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em novembro de 2021, o CMN publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedg*), trazendo um maior alinhamento com os padrões internacionais relativos aos conceitos e os critérios contábeis contidas na norma internacional IFRS 9. Dentre as principais mudanças estão a provisão para perdas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros, classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual e baixa a prejuízo. A referida Resolução passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação para adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e outros normativos correlacionados, inclusive a reformulação do plano de contas do COSIF, contempla o plano de gerenciamento de riscos, reuniões internas de alinhamento e planejamento, cronograma por tipo de ativos, estruturação analítica do novo plano de contas e levantamento dos recursos humanos e de tecnologia. Este Plano de Implementação tem duração de 2 anos, com o início de 2023 até o final do exercício de 2024. Importante ressaltar que o CMN e o BACEN deverão editar normas complementares de forma a trazer uma maior e necessária especificação dos conceitos e das regras contábeis para a implementação completa da norma. Com base nas análises das definições publicadas até o momento, o Banco não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras que serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. **Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade:** As demonstrações financeiras do Rabobank são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1)); Resolução nº 4.818/2020 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2)); Resolução nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1)); Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução nº 4.818/2020 - Eventos Subsequentes (CPC 24); Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1)); Resolução nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.924/2021 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Pronunciamento Conceitual Básico (R1)), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN; Resolução nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33(R1)); Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2)); Resolução nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)); Resolução nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado (CPC 27); Resolução nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46); Resolução nº 4.818/2020 - Resultado por Ação (CPC 41); e Resolução nº 4.924/2021 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47). **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis são assim sumarizadas: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para as operações de natureza financeira. **b) Saldos de operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusulas de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data do balanço, de acordo com as disposições contratuais. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, de convertibilidade imediata e, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Instrumentos financeiros:** **i) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BCB nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são demonstrados pelos critérios de registros e avaliações contábeis, nas seguintes categorias: **Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor justo. Os ajustes a valor justo são contabilizados em contrapartida ao resultado do período. **Títulos disponíveis para venda** - aqueles que não se enquadram com prazo para negociação nem como mantidos até o vencimento, são avaliados pelo valor justo. Os ajustes a valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, que são transferidos para o resultado do período em que houver efetiva realização, e **Títulos mantidos até o vencimento** - para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeção de fluxo de caixa, descon siderando a possibilidade de venda desses títulos (Circular BCB nº 3.129/2002). São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, em contrapartida ao resultado do

Demonstração do Resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)			
	Nota	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		1.770.017	2.257.490
Operações de crédito		1.055.346	2.958.645
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		697.300	1.113.893
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	17.371	420.448
Despesas da intermediação financeira		(744.529)	(594.509)
Operações de captação no mercado		(510.047)	(839.031)
Operações de empréstimos e repasses		(366.457)	825.488
Resultado de operações de câmbio		128.284	(520.922)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8g	3.691	(60.044)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.025.488	1.662.981
Resultado de provisões para perdas		8e (48.847)	53.748
Provisão para perdas sobre a carteira de crédito e outros créditos		(48.847)	53.748
Receitas (despesas) operacionais		(305.324)	(515.243)
Receitas de prestação de serviços	21	61.668	146.967
Despesas de pessoal	22	(170.999)	(302.564)
Despesas de honorários da diretoria		(2.572)	(12.346)
Outras despesas administrativas	23	(148.025)	(274.198)
Despesas tributárias	24	(45.396)	(73.102)
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.708)	9.860
Outras receitas operacionais	25	6.261	23.985
Outras despesas operacionais	26	(10.969)	(14.125)
Resultado operacional		666.609	1.211.346
Resultado não operacional		177	871
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		666.786	1.212.217
Imposto de renda e contribuição social		12 (119.101)	(360.433)
Provisão para imposto de renda		(46.185)	(55.464)
Provisão para contribuição social		(26.242)	(33.266)
Ativo fiscal diferido		(46.674)	(271.703)
Lucro líquido dos semestre/exercícios		507.372	800.636
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		169,69	267,78
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração do Resultado Abrangente - Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido dos semestre/exercícios		507.372	800.636
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		11.927	18.506
Ajuste de marcação a mercado sobre títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda	6	21.685	33.647
Efeito fiscal		(9.758)	(15.141)
Resultado abrangente dos semestre/exercícios		519.299	819.142
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração do Resultado Abrangente - Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido dos semestre/exercícios		507.372	800.636
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		11.927	18.506
Ajuste de marcação a mercado sobre títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda	6	21.685	33.647
Efeito fiscal		(9.758)	(15.141)
Resultado abrangente dos semestre/exercícios		519.299	819.142
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **m) Redução do valor recuperável de ativos:** O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, dispõe da necessidade das instituições efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os valores dos ativos não financeiros, exceto ativos fiscais diferidos, são revisados, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução do valor recuperável. Não há *impairment* a ser reconhecido sobre ativos não financeiros nos exercícios findos de 2022 e 2021. **n) Resultados não recorrentes:** De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, determina-se que o resultado não recorrente é aquele que não está relacionado ao esteira operacional e que ocorre incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e II - não está previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Resultado não operacional - rendas de arrendamento rural	962	-
Resultado não operacional - alienação de imobilizado em uso	(91)	(812)
4. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa utilizados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa são assim sumarizados:		

	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional	27.445	26.321
Disponibilidades em moeda estrangeira	99.008	402.150
Total de disponibilidades	126.453	428.471
Aplicações no mercado aberto	3.551.782	4.275.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.109.984	853.812
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	4.661.766	5.129.530
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.788.219	5.558.001

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas da seguinte forma:

	2022			
	Saldo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Aplicações no mercado aberto	3.551.782	3.551.782	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.109.984	1.109.984	401.824	208.230
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	4.661.766	4.661.766	401.824	208.230

	2021			
	Saldo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Aplicações no mercado aberto	4.275.718	4.275.718	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.216.309	853.812	362.497	-
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	5.492.027	5.129.530	362.497	-

6. Títulos e valores mobiliários: Composição e prazo da carteira de títulos classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda", assim sumarizados:

	2022				
	Valor de custo	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias</

★ continuação

III) A carteira de opções é assim sumariada:

	2022		2021	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
a) Opções flexíveis:				
Compra de opções	2.702.705	158.631	115.703	-
Compra de opções de venda	213.056	30.112	12.419	4.672
Venda de opções de compra	186.095	(35.773)	-	(35.404)
Venda de opções de venda	2.434.435	(160.731)	-	(131.152)
b) Opções padronizadas:				
Compra de opções de compra	52.000	3.600	2.892	-
Compra de opções de venda	1.572.400	89.925	88.168	-
Venda de opções de compra	2.367.625	(119.555)	-	(83.162)
Venda de opções de venda	622.825	(24.068)	-	(19.031)
Total	10.151.141	(57.859)	219.182	(268.749)

III) Local de negociação:
a) Opções flexíveis:
 Balcão 5.536.291 (7.761) 128.122 (166.556) (38.434) (21.759)
b) Opções padronizadas:
 Bolsa 4.614.850 (50.098) 91.060 (102.193) (11.133) 15.769
Total 10.151.141 (57.859) 219.182 (268.749) (49.567) (5.990)

III) vencimento:
a) Opções flexíveis:
 Até 90 dias 1.406.031 (6.745) 12.870 (34.145) (21.275) (1.049)
 De 91 a 365 dias 2.028.805 (669) 51.759 (64.748) (12.989) 12.557
 Acima de 365 dias 2.101.455 (347) 63.493 (67.663) (4.170) 4.261
b) Opções padronizadas:
 Até 90 dias 554.700 (159) 8.568 (377) 8.191 (1.191)
 De 91 a 365 dias 1.781.275 (23.819) 21.366 (30.538) (9.172) (13.641)
 Acima de 365 dias 2.278.175 (26.120) 61.126 (71.278) (10.152) (6.927)
Total 10.151.141 (57.859) 219.182 (268.749) (49.567) (5.990)

IV) A carteira de contratos a termo de moeda e commodities sem entrega física - NDF negociada na B3 é assim sumariada:

	2022		2021	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
a) Moedas:				
Compra	8.828.531	40.275	(365.147)	(324.872)
Venda	5.949.885	81.242	(66.161)	15.081
b) Commodities:				
Compra	7.459.464	169.525	(139.366)	30.159
Venda	5.416.466	129.601	(171.422)	(41.821)
Total	27.654.346	420.643	(742.096)	(321.453)

III) Local de negociação:
 Balcão 27.654.346 420.643 (742.096) (321.453) 211.037
Total 27.654.346 420.643 (742.096) (321.453) 211.037

III) vencimento:
 Até 90 dias 11.601.332 219.270 (364.046) (144.776) (25.598)
 De 91 a 365 dias 11.525.296 182.529 (322.204) (139.675) 182.293
 Acima de 365 dias 4.527.718 18.844 (55.846) (37.002) 54.702
Total 27.654.346 420.643 (742.096) (321.453) 211.037

V) A carteira de contratos de futuros - B3 (valores de referência) é assim sumariada:

	2022		2021	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
a) Moedas:				
Futuro - DI	4.988.556	982.887	7.129.131	631.564
Futuro - DDI	6.542.500	5.581.991	11.003.574	8.897.415
Futuro - DOL	2.508.140	945.031	2.496.699	2.186.814
Futuro - COMMODITIES	49.572	10.715	89.927	70.718
Total	14.088.768	7.520.624	20.719.331	11.786.311

III) vencimento:
 Até 90 dias 5.650.798 2.048.841 3.068.987 3.814.558
 De 91 a 365 dias 2.275.308 4.290.421 8.622.315 8.666.224
 Acima de 365 dias 6.162.662 1.181.362 9.028.029 11.105.529
Total 14.088.768 7.520.624 20.719.331 11.786.311

VI) O Banco, para proteger para o futuro as classificações na rubrica "Dividas Subordinadas" em USD, contraiu instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros DDI) destinados à cobertura de hedge de risco de mercado avaliados nos termos da Circular BCB nº 3.082/2002, sendo assim sumariados:

	2022		2021	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Valor atualizado pelas condições pactuadas	1.757.170	1.594.975		
Valor do ajuste ao valor justo na rubrica "Dividas subordinadas"	1.759.365	1.616.307		
Valor do ajuste ao valor justo no resultado na rubrica "Operações de empréstimos e repasses"	2.195	21.332		
Total	3.516.530	3.232.614		

a) As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por tipo de operação:

Tipo	2022		2021	
	Empréstimos	Repasses	Empréstimos	Repasses
Empréstimos	1.777.646	2.325.517		
Repasses	20.673.498	12.027.034		
Financiamentos rurais	3.619.143	4.057.439		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 9)¹	3.712.178	3.509.957		
Outros créditos (Nota 10)	5.021	101.082		
Total	29.787.486	27.256.029		

b) As operações de crédito apresentam as seguintes atividades econômicas:

Atividade	2022		2021	
	Operações de crédito	Outros créditos	Operações de crédito	Outros créditos
Rural	7.681.802	7.473.208		
Indústria	3.715.629	3.904.133		
Comércio	2.977.875	2.586.561		
Pessoa física	14.825.699	12.982.718		
Outros serviços	586.481	309.409		
Total	29.787.486	27.256.029		

c) As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

Nível de risco	2022		2021	
	% mínimo	Total da carteira	% mínimo	Total da carteira
AA	0,5	6.215.110	31,076	13.076
A	1,0	14.585.971	145,860	145,860
B	3,0	807.264	24,218	24,218
D	10,0	480.630	48,063	48,063
E	30,0	98.053	29,416	2,180
F	50,0	558.381	278,190	69,450
G	70,0	35.707	24,995	3,501
H	100,0	238.990	238,990	238,990
Total		29.787.486		821.808

d) As operações por níveis de risco e provisionamento são assim sumariadas:

Nível de risco	2022		2021	
	% mínimo	Total da carteira	% mínimo	Total da carteira
AA	0,5	6.166.684	30,833	30,833
A	1,0	13.465.410	134,654	134,654
B	3,0	849.381	25,482	25,482
D	10,0	690.621	69,062	69,062
E	30,0	299.177	89,753	3,020
F	50,0	590.675	295,339	32,045
G	70,0	24.980	17,486	2,388
H	100,0	467.272	467,272	467,272
Total		27.256.029		1.129.881

¹) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram realizadas provisões adicionais, além do mínimo requerido pelo BACEN, segundo a Resolução CMN nº 2.682/1999.
e) Movimentação da carteira para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa:

	2022		2021	
	Saldo inicial	2º semestre	Exercício	Exercício
Constituição (reversão)	865.146	1.167.334	1.345.547	-
Baixas para prejuízo	48.847	(53.748)	(68.659)	-
Saldo final	896.939	896.939	1.167.334	1.167.334

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021, exceto quando informado, do Banco Rabobank International Brasil S.A. (Em milhares de Reais)

9. Carteira de câmbio:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio comprado a liquidar	5.994.286	-	8.802.105	-
Câmbio vendido a liquidar	-	2.286.334	-	2.355.513
Direitos sobre vendas de câmbio	2.116.671	-	2.032.538	-
Obrigações por compra de câmbio	-	5.834.093	-	8.388.707
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	-	-	(861)	-
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	-	(27)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	46.755	-	52.402	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(3.665.423)	-	(3.457.555)
Total	8.157.712	4.455.004	10.886.157	7.286.665

10. Outros instrumentos financeiros:
Ativo
 Negociação e intermediação de valores 19.568 -
 Rendas a receber 674 153
 Créditos com característica de concessão de crédito¹ 5.021 101.082
Total 25.263 101.235
Passivo
 Negociação e intermediação de valores - 35.543
Total - 35.543

¹) Tratam-se de operações de derivativos vencidos e adiantamentos sobre contratos de câmbio baixados.

11. Outros ativos:
 Bens não de uso próprio 77.216 69.240
 Impostos e contribuições a compensar 15.495 1.128
 Devedores por depósitos em garantia 28.056 23.595
 Outros 2.476 2.378
Total 123.243 96.341

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: a) Composição do ativo fiscal diferido:

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	229.578	183.662	413.240	588.800
Provisão para pagamento de bônus/gratificação/PPR	24.771	21.846	46.617	40.424
Provisão para passivos contingentes	3.818	3.055	6.873	2.672
Provisão para outros passivos	3.073	2.458	5.531	2.503
Ajuste ao valor justo - TVM, instrumentos financeiros derivativos e itens objetos de hedge	(55.387)	(44.310)	(99.697)	25.009
Total do ativo fiscal diferido	205.853	166.711	372.564	659.408

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	2022		2021	
	Saldo em 2021	Realização (reversão)	Constituição	Saldo em 2022
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	588.800	(422.746)	247.186	413.240
Provisão para pagamento de bônus/gratificação/PPR	40.424	(40.424)	46.610	46.610
Provisão para passivos contingentes	2.672	(714)	4.915	6.873
Provisão para outros passivos	2.503	(2.503)	5.538	5.538
Ajuste ao valor justo - TVM, instrumentos financeiros derivativos e itens objetos de hedge	25.009	(25.009)	(99.697)	(99.697)
Total do ativo fiscal diferido	659.408	(491.396)	204.552	372.564

Obrigações por empréstimos
 Não exterior
 Obrigações por repasses
 Não país
 Não exterior

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se às linhas de financiamento de exportação e importação com taxas de juros prefixadas e acrescidas de variação cambial, com partes relacionadas sediadas no exterior e com vencimento até junho de 2023 (2021 - com vencimento até novembro de 2022). Os repasses do País referem-se a recursos obtidos com a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinados a financiamentos agrícolas nos moldes do programa "FINAME Agrícola e Modorrenta", com vencimento até outubro de 2032 (2021 - com vencimento até novembro de 2021), assim como recursos do programa "Financiamento a Empreendedor" do BNDES, cuja data da última amortização é agosto de 2032 (2021 - com vencimento até outubro de 2031) e recursos do programa "Funcal" do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja data da última amortização é novembro de 2030 (2021 - com vencimento até dezembro de 2022). Os repasses do exterior referem-se às operações contratadas em moeda estrangeira, amparadas na Resolução CMN nº 3.844/2010, obtidos com partes relacionadas, têm taxas de juros prefixadas e acrescidas de variação cambial, com vencimento até setembro de 2032 (2021 - com vencimento até dezembro de 2031). **16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** a) **Ativos contingentes:** não há ativos contingentes registrados. b) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** o Banco participa de questões cuja possibilidade de perda é considerada, pela Administração e seus assessores jurídicos, como possível, e para as quais não foram constituídas provisões. Destacam-se as principais discussões a seguir: • Processo Trabalhista no montante de R\$ 57.390 (2021 - R\$ 51.434); • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da Receita Federal do Brasil (RFB) relativo à exigência de R\$ 1.619 (2021 - R\$ 1.535) a título de IRPJ e CSLL sobre o suposto ganho na desmutilização da BM&FBOESP. • Processo Judicial que tem como objeto a impugnação de 07 Autos de Infração da Prefeitura do Município de São Paulo (PMPSP) relativo à exigência de R\$ 13.579 (2021 - R\$ 12.578) referente a ISS do período de 2007 e 2008 sobre receitas de exportação de serviços e garantias prestadas. • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da RFB relativo à exigência de R\$ 764 (2021 - R\$ 721) a título de IRPJ e CSLL sobre o suposto ganho na desmutilização da CETIP. • Processo Judicial que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da RFB relativo à exigência de R\$ 17.218 (2021 - R\$ 16.536) a título de IRPJ e CSLL sobre os JCP - Juros sobre o Capital Próprio do ano-calendário de 2005 pago em 2009. • Processo Judicial que tem como objeto a impugnação de 15 Autos de Infração da PMPSP relativo à exigência de R\$ 33.013 (2021 - R\$ 29.434), referente a ISS do período de 2009 a 2013 sobre receitas de exportação de serviços e garantias prestadas. • Processo Judicial que tem como objeto a impugnação de 04 Autos de Infração da PMPSP relativo à exigência de R\$ 10.742 (2021 - R\$ 9.463), referente a ISS do período de 2014 e 2015 sobre receitas de exportação de serviços e garantias prestadas. • Processo Judicial que tem como objeto a impugnação de 04 Autos de Infração da PMPSP relativo à exigência de R\$ 6.923 (2021 - R\$ 6.042), referente a ISS do período de 2016 e 2017 sobre receitas de exportação de serviços. • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da RFB relativo à exigência de R\$ 8.181 (2021 - R\$ 7.919) a título de Contribuição de São Paulo a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Salário Educação e Inera do exercício de 2013. • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da RFB relativo à exigência de R\$ 24.848 (2021 - R\$ 23.583) a título de Contribuição ao INSS sobre a PLR - Participação nos Lucros e Resultados dos Administradores dos períodos 03/2015, 03/2016 e 03/2017. • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da RFB relativo à exigência de R\$ 10.019 (2021 - R\$ 13.298) a título de Contribuição ao INSS sobre Vale-Refeição/Vale-Alimentação/Cesta Alimentação dos períodos 01/2015 a 10/2017. • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da RFB relativo à exigência de R\$ 13.701 (2021 - R\$ 13.194) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte na qualidade de responsável tributário. • Processo Administrativo que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração do Governo do Distrito Federal relativo à exigência de R\$ 8.412 (2021 - nihil) a título de Taxation of Services provided (Accrual of Interest/Commission - Resolução 3.844/2010).

c) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: o Banco possui provisão para passivos contingentes e riscos fiscais constituída para fazer face às perdas prováveis e obrigações legais em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação da Administração e assessores jurídicos, como segue:

	2022		2021	
	Saldo em 31/12/2021	Provisão monetária	Saldo em 31/12/2022	Provisão monetária
Provisão para riscos fiscais				
FGTS	2.311	-	36	2.347
COFINS	-	8.571	-	8.571
Total	2.311	8.571	36	10.918
Provisão trabalhista	3.627	273	455	4.355
Total	5.938	8.844	491	15.273

Provisão para riscos fiscais: processo administrativo tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da Procuradoria da Fazenda Nacional sobre a inclusão de FGTS e COFINS. **Provisão trabalhista:** reclamação trabalhista realizada por ex-funcionários. **17. Dividas subordinadas, inclusive perpétuas:**

	2022		2021	
	De 3 a 12 meses	Acima de 365 dias	Total	Total
Dívida subordinada				
Não exterior	9.240	1.750.125	1.759.365	1.616.307
Total	9.240	1.750.125	1	

★ continuação

Introdução: O Comitê de Auditoria ("Comitê") estatutário do Banco Rabobank International Brasil S.A. (Rabobank) foi instituído em 12/03/2013. Consoante o disposto em seu Regulamento, o Comitê deve zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Rabobank, bem como pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Nos termos da Resolução nº 4.910/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a PricewaterhouseCoopers é atual auditoria independente contratada para o exame das demonstrações financeiras do Rabobank. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamentos de riscos, oferecendo ao Comitê, uma visão crítica da qualidade de processos e controles internos e o monitoramento de riscos. **Atividades do Comitê:** O Comitê se reuniu por 1 (uma) vez durante 2023, contando com a participação de diversas áreas internas incluindo Auditoria Interna, Compliance e Finanças, bem como os auditores independentes, conforme atas devidamente documentadas das referidas reuniões. Em 7 de março de 2023, foi realizada reunião onde foram analisadas e discutidas a qualidade das demonstrações financeiras do exercício e do segundo semestre de 2022, com a partici-

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Rabobank International Brasil S.A.
Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê avaliou aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos na Instituição, com ênfase nos riscos de crédito, operacional, de liquidez e de mercado. O Comitê também acompanha, em contato com as áreas de Controladoria, Jurídico, Compliance, Crédito, Treasury e Market Risk, informações gerenciais e de operações do Rabobank, munido-se de informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações. **Cumprimento de Legislação, Regulamentação e Normas Internas:** O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão devidamente identificados e continuam sendo desenvolvidos de acordo com orientações corporativas e normas externas. Com base em informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a solidez e a continuidade das atividades do Rabobank. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal regular de comunicação para a ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita

fundamentarem sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras e relatórios financeiros. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam a sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e independência da Auditoria Externa. **Auditoria Interna:** O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Interna, aprovando seu planejamento estratégico e tático, bem como revisando o resultado das auditorias realizadas durante o ano de 2022 e 2023 a implantação dos correspondentes planos de ação dentro de seus respectivos prazos. O Comitê avalia como positiva a abrangência e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, sendo certo que os resultados desses trabalhos, apresentados em sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento deste a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade das atividades do Rabobank. **Demonstrações Financeiras:** Para análise das demonstrações financeiras, o Comitê (i) reuniu-se com representantes da Administração e com os profissionais responsáveis pela contabilidade do Rabobank, (ii) analisou os comentários dos auditores independentes, (iii) verificou os trabalhos da Auditoria Interna e (iv) discutiu aspectos relevantes que conduzem às suas conclusões a

respeito da qualidade, confiabilidade e conformidade das demonstrações financeiras do Rabobank às normas vigentes. O Comitê analisou ainda os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras. Foram, igualmente examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instrumentos do Banco Central do Brasil e normativos da Comissão de Valores Mobiliários. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas nas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, entendeu efetivos os trabalhos das auditorias externa e interna, bem como os controles internos da Instituição, recomendando a aprovação pela Diretoria das demonstrações financeiras do Rabobank para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Comitê de Auditoria
 São Paulo, 7 de março de 2023

Aos Administradores e Acionistas - **Banco Rabobank International Brasil S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rabobank International Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rabobank International Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** Conforme divulgado nas Notas 3 (e) (III) e 8(d) a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é um processo que requer julgamento da administração na determinação do risco de crédito e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela

Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e normativos complementares do Bacen. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois o uso de julgamento na mensuração do valor da provisão para perdas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à (i) concessão de crédito, (ii) operações renegociadas, (iii) atribuição de nível de risco e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações, e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Adicionalmente, realizamos outros testes em atendimento aos requisitos da Resolução CMN nº 2.682, bem como analisamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
 Contador - CRC 1SP172940/O-6

